

## CASO EUGÊNIO FIÚZA

### TJMG condena Estado a pagar indenização de R\$ 2 milhões e mantém pensão vitalícia para assistido da DPMG

*Condenção foi unânime em sessão virtual da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em favor de homem preso 17 anos injustamente*

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Por unanimidade, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais condenou o Estado de Minas Gerais a pagar o valor de R\$ 2 milhões, a título de indenização por danos morais, a Eugênio Fiúza de Queiroz, assistido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

Também por unanimidade foi mantida a pensão vitalícia, que já é paga em favor do assistido, no valor de cinco salários mínimos mensais.

O julgamento, em sessão virtual, aconteceu na terça-feira (27/4). A sustentação oral da defesa de Fiúza foi feita pelo defensor público Wilson Hallak, acompanhado pela defensora pública Maria Helena de Melo.

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

## Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais instala Órgão Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais

[PÁGINA 3](#)

**Centro de Mediação e Conciliação Familiar da DPMG está próximo de atingir a marca de 3 mil acordos extrajudiciais na Capital**

[PÁGINA 3](#)

**Defensoria em Barbacena ajuíza Ação Civil Pública para que o Município apresente as medidas adotadas para o retorno seguro às escolas**

[PÁGINA 4](#)

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁGINAS 2, 3 e 4](#)
- > Na mídia [PÁGINAS 2, 3 e 4](#)
- > Mundo oficial [PÁGINA 4](#)
- > Esdep informa [PÁGINA 4](#)
- > Inspirando nas atitudes | Publicações [PÁGINA 5](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁGINA 6](#)

### CORONAVÍRUS • COVID-19

**Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente**

**Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021**

AÇÕES EM DESTAQUE • CONTINUAÇÃO DA CAPA

## Caso Eugênio Fiúza

**Histórico** – Eugênio Fiúza de Queiroz foi preso em 1995, confundido com o autor de crimes de estupro, conhecido como o “Maníaco do Anchieta”, e permaneceu no cárcere por 17 anos. Fiúza havia sido condenado a 37 anos de prisão em cinco processos criminais; só foi liberado, em 2012, depois que o verdadeiro autor dos crimes foi identificado. Em 2014, ele foi encaminhado pelo Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) para atendimento pela Defensoria Pública, que entrou com cinco revisões criminais e conseguiu absolvê-lo pela prática dos estupros e a suspensão do uso de tornozeleira. A Defensoria Pública de Minas ajuizou, ainda, ação de indenização por danos material, moral e existencial, postulando o total de R\$ 3 milhões, e a pensão alimentícia (processo nº 1.0000.16.061366-7/008).

[Leia a matéria na íntegra](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



No julgamento, o defensor público Wilson Hallak citou a responsabilidade civil do Estado, consagrada pelo artigo 37, § 6º da Constituição da República e pelo artigo 43 do Código Civil. A deterioração que a injustiça causou a Eugênio Fiúza também foi abordada

## NA MÍDIA

**Homem que ficou preso injustamente confundido com ‘maníaco do Anchieta’ terá novo julgamento sobre indenização**

[G1 Minas, 23/04/2021](#)

**Homem que ficou preso 17 anos injustamente confundido com ‘maníaco do Anchieta’ terá novo julgamento sobre indenização**

[Plantão Santa Mariense, 23/04/2021](#)

**Homem que ficou 17 anos preso injustamente terá novo julgamento sobre valor da indenização**

[Portal CNJ, 26/04/2021](#)

**TJ julga recurso no caso de homem confundido com estupro em BH**

[Portal R7, 27/04/2021](#)

**Homem preso após ser confundido com ‘maníaco do Anchieta’ terá novo julgamento sobre indenização**

[Portal Hoje Em Dia, 27/04/2021](#)

**Defensor público fala da defesa em julgamento de homem que ficou 17 anos preso por engano**

[BandNews FM, 27/04/2021](#)

**Estado é condenado a pagar R\$ 2 milhões a homem preso injustamente**

[MGTV – 2ª edição, 27/04/2021](#)

**Homem preso injustamente por 17 anos em MG**

*A Justiça decretou o valor de R\$ 2 milhões para indenização no caso de Eugênio Fiúza, homem que foi preso injustamente por 17 anos em Minas Gerais*

[BandNews TV, 27/04/2021](#)

**Justiça condena estado a pagar R\$ 2 milhões a homem que foi confundido com ‘maníaco do Anchieta’ e ficou 17 anos preso em BH**

[G1 Minas, 27/04/2021](#)

**Justiça nega recurso e mantém pagamento de R\$ 2 milhões para homem preso no lugar do ‘maníaco do Anchieta’, em BH**

[Rádio Itatiaia, 27/04/2021](#)

**Estado é condenado a pagar R\$ 2 milhões a homem preso injustamente por 17 anos**

[Portal UOL, 27/04/2021](#)

**TJMG condena estado a pagar R\$ 2 milhões para homem preso injustamente**

[Portal Estado de Minas, 27/04/2021](#)

**Artista plástico será indenizado após passar 18 anos na cadeia por ser confundido com estupro**

[JR na TV, 27/04/2021 – 22h53](#)

**Defensoria Pública comemora condenação do Estado sobre prisão por engano de artista**

[MGTV 1ª edição, 28 abr 2021](#)

**Justiça condena Estado a pagar R\$ 2 milhões a homem preso 17 anos injustamente**

[Portal Amazonas Atual, 28/04/2021](#)

**Caso Eugênio Fiúza: TJMG condena estado a pagar indenização de R\$ 2 milhões**

[Portal CNJ, 29/04/2021](#)

**Defensoria pode contestar redução de indenização ao homem confundido com maníaco**

[MGTV 2ª edição, 28 abr 2021](#)

**Defensoria Pública deve recorrer de decisão que reduziu indenização a homem preso por engano**

[Portal Hoje Em Dia, 28/04/2021](#)

## DPMG instala Órgão Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais

*Iniciativa dá continuidade à implantação das medidas necessárias para o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD na Defensoria Pública*

Na terça-feira (27/4) a Defensoria Pública de Minas Gerais realizou a instalação de seu Órgão Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais. A primeira reunião dá continuidade ao processo de implantação das medidas necessárias ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD), iniciado pela Comissão instituída em 2020. O órgão está encarregado de avaliar as implicações da LGPD na proteção dos dados armazenados nos sistemas institucionais e na atividade finalística da Instituição, em consonância com o artigo nº 41 da LGPD.

O subdefensor público-geral Nikolas Stefany Katopodis de Macedo responde pela coordenação do órgão, que é composto também pelo corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira; pelo assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; e pela assessora de Administração Estratégica e Inovação, Letícia Fonseca Cunha. Foi criada também uma comissão de assessoramento e suporte técnico, formada pelo auditor interno da



Letícia Cunha, Rafael Lins, Nikolas Katopodis e Galeno Siqueira compõem o Órgão Encarregado do Tratamento de Dados Pessoais da DPMG

DPMG, João Gabriel de Melo Alves; pela superintendente de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional, Carla Aparecida de Souza Carvalho; pelo superintendente de Tecnologia e Inovação, Flávio Júlio Alves da Silva, e pela assessora Jurídica, Priscila Newley Kopke.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Centro de Mediação e Conciliação Familiar da DPMG está próximo de atingir a marca de 3 mil acordos extrajudiciais na Capital

Garantir ao cidadão o direito a um serviço de justiça consensual, mais célere e de qualidade. Além da prestação de assistência jurídica integral e gratuita, a Defensoria Pública de Minas Gerais investe e amplia sua atuação em métodos autocompositivos de solução de conflitos, como as câmaras de conciliação e de mediação. De forma célere e conciliatória, a DPMG busca o diálogo entre as partes e a solução rápida do conflito. O acordo extrajudicial agiliza o tempo de solução do caso e ainda contribui para aliviar a carga de processos no Sistema Judiciário.

Em Belo Horizonte, o Centro de Mediação e Conciliação Familiar foi instalado em fevereiro de 2016. São realizados atendimentos para pedidos, ofertas, exonerações e revisões de alimentos, guarda de filhos menores, convivência de menores com avós, divórcio, reconhecimento e dissolução de união estável, reconhecimento

de paternidade, pedidos de reconhecimento por DNA, entre outras ações que envolvem o Direito de Família.

Com a impossibilidade de se efetuar sessões presenciais, desde julho de 2019 estão sendo realizadas sessões virtuais. Até março de 2021, a Defensoria realizou 272 sessões, com 227 acordos firmados, alcançando um índice de resolutividade de 83%. Só na Capital, foram 5.446 atendimentos e 2.944 acordos.

[Leia a matéria na íntegra e saiba como acessar o serviço](#)

## NA MÍDIA

**Centro de Conciliação Familiar da DPMG próximo de alcançar 3 mil acordos em BH**

[Portal CNJ](#)

## NA MÍDIA

AÇÕES EM DESTAQUE • CAMPANHAS

**Defensoria Pública de MG lança campanha de arrecadação de cestas básicas em Teófilo Otoni**

[Portal Minas Repórter](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Defensoria Pública em Barbacena ajuíza Ação Civil Pública para que o Município apresente as medidas adotadas para o retorno seguro às escolas

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Barbacena ajuizou na terça-feira (27/4) Ação Civil Pública requerendo que o Município apresente o “Protocolo sanitário para o retorno seguro e gradativo às atividades presenciais ou híbridas das instituições de ensino municipal”, em obediência às normas sanitárias de combate e prevenção à Covid-19.

Além da apresentação imediata do protocolo sanitário, a ACP solicita medida liminar para apresentação do plano de contingenciamento das ações de prevenção, detecção, controle e tratamento dos casos identificados de Covid-19 e do plano de monitoramento do impacto epidemiológico de eventual retorno às aulas presenciais. Foi solicitada, ainda, a listagem das escolas aptas ao retorno das atividades presenciais e o planejamento para a adequação daquelas que necessitam providências para tal. Também consta pedido de informações sobre a capacitação do corpo docente e funcionários das escolas e a ampla divulgação das medidas para a população do município.

Antes de ingressar com a ação, na tentativa de uma solução extrajudicial acerca da questão, a DPMG havia encaminhado, no dia 8 de abril, a Recomendação nº 02/2021 para a Prefeitura. No documento, foram solicitados a elaboração e o envio do protocolo de medidas para o retorno às atividades presenciais das instituições de ensino, inclusive relacionadas ao transporte e fornecimento de merenda escolar, dentre outras providências.

A Defensoria Pública vai ajuizar a ação também para os demais municípios da comarca que ainda não apresentaram o Protocolo Sanitário de retorno às atividades presenciais nas escolas.

[Clique aqui para ler a ACP.](#)

## NA MÍDIA

**Defensoria em Barbacena ajuíza Ação Civil Pública para que o município apresente as medidas adotadas para o retorno seguro às escolas**

[BarbacenaMais](#)

## MUNDO OFICIAL

### DPMG em Ubá recebe militares da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica



A Defensoria Pública de Minas Gerais em Ubá recebeu a visita de policiais da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD), do 21º Batalhão de Polícia Militar, recém-implantada no município. O encontro teve como objetivo apresentar a equipe da PPVD e reforçar entendimentos para a formação de uma rede multidisciplinar de apoio e enfrentamento da violência doméstica. Participaram do encontro os defensores públicos Paula Ávila Dantas Brunner e Guilherme Barquette Fernandes.

## ESDEP INFORMA

### Obra jurídica apresenta alternativas para solução consensual de Família

A Editora D'Plácido publicou recentemente o livro “Manual de Processo de Família”, de autoria do promotor de Justiça Luciano Badini. A obra é destinada a acadêmicos e profissionais do Direito, com enfoque prático, além de criterioso e atualizado embasamento doutrinário e jurisprudencial. Trata-se de trabalho que, fundamentado nas normas do Código de Processo Civil, apresenta alternativas para solução consensual e, em prazo

razoável, de conflitos recorrentes vivenciados na área de família, especialmente em questões sensíveis identificadas com frequência nas ações de divórcio, guarda, alimentos, execução de alimentos, filiação e curatela.

O promotor de Justiça Luciano Badini atua na 6ª Vara de Família de Belo Horizonte, além de diretor-presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais.

## INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

### Defensora pública mineira palestra em capacitação de conselheiros tutelares

A defensora pública de Minas Gerais Daniele Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria Especializada de Infância e Juventude/Cível (DEINJ-Cível), participou como palestrante do 2º módulo do Programa de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e de Direitos de Crianças e Adolescentes, durante evento em formato virtual nos dias 29 e 30 de abril.

A capacitação é promovida pela Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso do Sul. As aulas estão acontecendo em seis módulos, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro.



*Dividindo o painel com outros especialistas, Daniele Bellettato falou sobre “A atuação da Defensoria Pública no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente”.*

[Assista aqui capacitação da manhã](#)

[Clique para assistir a capacitação da tarde](#)

## PUBLICAÇÕES

### Manual do Condege traz orientações para a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência

O Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege) lançou, em março, o “Manual de Orientação para a Atuação dos Defensores Públicos da Infância e Juventude: Reflexões sob o papel dos defensores públicos no atendimento da criança vítima de violência”. O material, produzido pelas defensoras públicas Daniele Bellettato Nesrala, de Minas Gerais; Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan, de São Paulo; e Juliana Leandra de Lima Lopes, do Distrito Federal, traz orientações para atuação nos procedimentos de escuta especializada.

[Para acessá-lo, clique aqui.](#)

### Defensoria Pública de Minas disponibiliza cartilha sobre direitos e deveres que envolvem a alienação parental

No dia 25 de abril foi celebrado o Dia Internacional de Conscientização da Alienação Parental.

Para explicar melhor o que é Alienação Parental, os deveres e direitos que os atos envolvem, a Defensoria Pública de Minas Gerais disponibilizou a cartilha “Você pratica Alienação Parental?”. A publicação explica os conceitos, tira as dúvidas de todas as situações frequentes, detalha consequências para pais e filhos e indica a rede de assistência aos cidadãos nesta área.

[Clique aqui para ver a cartilha.](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](#)



[c/defensoriamineira](#)



[@defensoriamg](#)



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)